



Valor Econômico – 21 Mai 2003

Empresas recorrem à Aneel contra revisão de tarifas

Roberto Rockmann, De São Paulo

À espera da definição do novo modelo, os empresários do setor elétrico vivem momentos de ansiedade. Enquanto representantes de geradoras apóiam campanhas de estímulo ao aumento do consumo, distribuidoras começam a contestar junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os critérios de revisão periódica de tarifas e já temem que as metas de universalização de serviço se tornem em mais um custo não repassado às elétricas. A polêmica sobre a revisão ordinária de tarifas não acabou. O processo, iniciado em abril, é agora alvo de recursos administrativos das empresas distribuidoras à Aneel. Nos documentos, as elétricas contestam métodos e critérios adotados pela agência.

A Enersul, controlada pela EDP, enviou há 15 dias um recurso à agência. A empresa informa que os critérios têm impacto negativo de quase R\$ 300 milhões para o caixa da concessionária, o que teria efeito sobre seu equilíbrio econômico-financeiro. A criação da empresa modelo, por exemplo, geraria um não-reconhecimento de R\$ 24 milhões em despesas, enquanto o parcelamento do reajuste representou perdas de R\$ 170 milhões. As tarifas foram reajustadas em 32,59% esse ano. O restante do repasse, quase 10%, foi dividido ao longo de quatro anos. O problema é que a diluição da alta não estava prevista anteriormente.

Entre os representantes das distribuidoras privadas, a saída judicial não está descartada, mas está em último lugar na lista de ações. Seria criar um risco a mais em um setor já tão conturbado. Com o bolso dos consumidores retraído, as distribuidoras lutam por uma reestruturação das tarifas, a fim de reduzir os tributos presentes nas contas de luz.

"O que tem de estar na mesa para discussão é a carga de tributos e impostos", destaca o presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (Cbiee), Claudio Salles.

Uma nova polêmica deve despertar a atenção das distribuidoras: as metas de universalização dos serviços de energia elétrica. Na sexta-feira, a Aneel divulgou os prazos que as concessionárias terão para expandirem a base de clientes. Dados do governo mostram que hoje mais de 10 milhões de pessoas não têm acesso à energia. Para realizar essas novas ligações, analistas do setor calculam que mais de R\$ 5 bilhões teriam de ser investidos.

A Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) já começa a se debruçar sobre o tema. As elétricas temem que tenham de arcar com esse novo custo, o que fragilizaria o caixa delas. A discussão ainda em aberto é se a inclusão dessas novas ligações será bancada via tarifa ou com recursos no orçamento. E, mesmo se forem pagas na tarifa, há dúvidas nos empresários. "A definição da origem desses recursos é fundamental", afirma o presidente da EDP, Eduardo Bernini.

Outra indefinição são os detalhes do financiamento a ser liberado para cobrir a suspensão temporária do repasse das oscilações cambiais à tarifa. A decisão, anunciada em portaria ministerial da Fazenda e Minas e Energia e datada de abril último, agregou mais incerteza ao segmento. "Está muito difícil prever o futuro no setor. É fundamental ter segurança jurídica para evitar surrealismo temporal", afirmou Paulo César Tavares, executivo da CPFL. A frase faz referência ao fato de que a suspensão do repasse cambial pegou de surpresa as empresas, que contavam com os recursos. Na manhã do dia 8 de abril, a portaria foi divulgada, anunciando o adiamento.

Os empresários estiveram presentes ontem em seminário da FGV-EAESP, que discutiu a regulação do setor elétrico. O diretor da Cesp, Silvio Areco, propôs medidas para elevar o consumo de energia elétrica.
